

Artigo Científico

http://doi.org/10.7213/2175-1838.15.002.DS07



O olhar bioético no contexto da insegurança alimentar

The bioethical view in the context of food insecurity

Patrícia Alves Paiva de Oliveira [a] 1 Montes Claros, MG, Brasil Universidade Estadual de Montes Claros

Orlene Veloso Dias [b] Montes Claros, MG, Brasil Universidade Estadual de Montes Claros

Eva Gislane Barbosa [c] 🗓 Curitiba, PR, Brasil Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Carla Silvana de Oliveira e Silva [d] Montes Claros, MG, Brasil Universidade Estadual de Montes Claros

Thiago Rocha da Cunha [e] 🗓 Curitiba, PR, Brasil Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

[[]a] Doutoranda em Ciências da Saúde, e-mail: patriciaalvespaiva@gmail.com

[[]b] Doutora em Ciências, e-mail: orlenedias@yahoo.com.br

[[]c] Mestre em Teologia, e-mail: evagislane40@gmail.com

[[]d] Doutora em Ciências, e-mail: carlasosilva@ig.com.br

[[]e] Doutor em Bioética, e-mail: rocha.thiago@pucpr.br

Como citar: OLIVEIRA, P. A. P. de; *et al.* O olhar bioético no contexto da insegurança alimentar. *Revista Pistis & Praxis, Teologia e Pastoral,* Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 15, n. 02, p. 245-256, maio/ago. 2023. DOI: https://doi.org/10.7213/2175-1838.15.002.DS07.

Resumo

A progressiva crise econômica e a mitigação das políticas públicas contribuíram para o retorno do Brasil ao mapa da fome, do qual havia saído em 2014, acarretando insegurança alimentar nos grupos mais vulneráveis da sociedade. Este estudo buscou identificar as situações de vulnerabilidade às quais as famílias com insegurança alimentar estavam expostas em tempos de pandemia de covid-19. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura a partir dos descritores "Food Insecurity" e "Vulnerability Analysis" e "Family" e "covid-19". Foram incluídos 14 estudos publicados entre 2017 e 2022. As comunidades mais afetadas pela insegurança alimentar foram aquelas com baixa renda prévia, população negra, famílias que eram chefiadas por mulheres e que já apresentavam condições precárias de vida antes do início da pandemia. Os subgrupos mais afetados com insegurança alimentar eram aqueles em que a escolaridade da mãe era baixa, e produtores rurais, aqueles com família numerosa e baixo índice de renda familiar anterior à pandemia. Na perspectiva da bioética, a insegurança alimentar pode ser vista como uma questão ética preocupante, envolvendo princípios de justiça e dignidade e requer ação do Estado e da sociedade para mudar essa injusta realidade.

Palavras-chave: Insegurança alimentar. Famílias. Vulnerabilidade social. covid-19.

Abstract

The progressive economic crisis and the mitigation of public policies contributed to Brazil's return to the hunger map, which it had left in 2014, leading to food insecurity in the most vulnerable groups of society. This study sought to identify the situations of vulnerability to which families with food insecurity were exposed in times of the covid-19 pandemic. This is an integrative literature review based on the descriptors "Food Insecurity" and "Vulnerability Analysis" and "Family" and "covid-19". Fourteen studies published between 2017 and 2022 were included. The communities most affected by food insecurity were those with previous low income, black population, families that were headed by women and that already had precarious living conditions before the start of the pandemic. The subgroups most affected by food insecurity were those in which the mother's education was low, and rural producers, those with large families and low family income levels prior to the pandemic. From the perspective of bioethics, food insecurity can be seen as a worrying ethical issue, involving principles of justice and dignity and requires action by the State and society to change this unfair reality.

Keywords: Food insecurity. Families. Social vulnerability. covid-19.

Introdução

Os grandes problemas humanitários de nosso planeta são situações que levam o ser humano a conhecer sua fragilidade e dignidade. Temas como a fome e a insegurança alimentar são questões extremamente sérias e profundamente impactantes, não apenas do ponto de vista físico, mas também emocional e social. A falta de acesso a alimentos adequados pode levar a uma série de consequências negativas que afetam diretamente a saúde e o bem-estar das pessoas.

Frente ao modo de produção capitalista, a fome desponta como uma consequência da desigualdade social. Além de propor desafios à sociedade brasileira dentro do contexto nacional, a fome é um assunto de intensa reflexão acadêmica e preocupação por parte do governo brasileiro ao longo do tempo.

É estranho pensar que mesmo com o passar dos anos, esse sofrimento humanitário ainda ocorra em escalada progressiva diante tamanha evolução industrial e científica. Até mesmo países como o Brasil, onde há uma riqueza de regiões para a agricultura e avanço tecnológico e científico na produção de produtos orgânicos, tiveram seu retorno ao mapa da fome.

Conforme os dados da Organização das Nações Unidas (2022), a fome "cresce no mundo e atinge 9,8% da população global", transformando em números, são 828 milhões de pessoas registradas em 2021 que estão sofrendo com a fome. Essa realidade acontece muito perto de nossas vidas, basta acompanhar no dia a dia, e observar com atenção que vamos encontrar pessoas nesse contexto de fome ou de insegurança alimentar bem próximas de nossas casas.

Levantamento realizado com 968 mulheres no Estado de Alagoas, Brasil, cada uma residindo em um município diferente, mostrou uma elevada, 71,1%, prevalência de IA (insegurança alimentar), onde mais de 10% da população encontrava-se em IA grave. Observou-se também que 87,0% das residências tinham ao menos um beneficiário do programa Auxílio Emergencial (AE), sendo que 50,3% da população recebeu doação de alimentos no período da pandemia, tais situações mostraram-se associadas positivamente à ocorrência de IA (SILVA-NETO *et al*, 2023).

Diante da alta prevalência de IA apontada acima, indaga-se: Quais as situações de vulnerabilidade em que famílias com insegurança alimentar estiveram expostas em tempos de pandemia de covid-19, e como se deu o olhar à luz da bioética sobre esse fenômeno?

Diante disso, este estudo teve por objetivo identificar as situações de vulnerabilidades às quais as famílias com insegurança alimentar estiveram expostas em tempos de pandemia de covid-19, e descrever as principais condutas seguidas por instituições governamentais no tocante ao respeito e aplicação dos princípios humanos básicos à luz da bioética.

Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura de estudos sobre a insegurança alimentar em tempos de covid-19. A revisão integrativa tem por objetivo combinar dados de diferentes estudos, sintetizar o conhecimento e produzir reflexões sobre o fazer, o que contribui para a execução de melhores práticas em saúde (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Esta revisão da literatura foi construída com artigos científicos indexados nas bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), PubMed e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com o propósito de sistematizar as buscas dentro das bases, utilizou-se o operador booleano "and" com os termos de busca no idioma inglês: "Food Insecurity" *and* "Vulnerability Analysis" *and* "Family" *and* "covid-19".

Foram selecionados documentos científicos divulgados entre os anos de 2017 e 2022, em diversos idiomas. Intencionalmente, foram excluídos artigos de caráter revisivo, monografias, teses, dissertações, textos incompletos e publicações não incluídas em periódicos acadêmicos.

A fim de assegurar a qualidade e validade deste estudo, o delineamento metodológico fundamentou-se nos seguintes passos recomendados: 1° identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2°estabelecimento de critérios para a inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura; 3° definição das informações

a serem extraídas dos estudos selecionados/categorização dos estudos; 4° avaliação dos estudos incluídos; 5° interpretação dos resultados; e 6° apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

A revisão foi conduzida em várias etapas. Primeiramente, foram avaliados os títulos dos artigos identificados. Posteriormente, os resumos desses artigos foram lidos para uma avaliação mais aprofundada. Após essa análise, foi decidido que 37 artigos originais eram relevantes para o estudo em questão.

Em seguida, ocorreu uma exclusão de seis artigos que foram considerados repetidos após a leitura dos títulos. Posteriormente, ao avaliar os resumos, mais 18 artigos foram excluídos por se tratarem de artigos de revisão ou possuir mais de cinco anos de publicação ou não responder à questão norteadora. Essa etapa de exclusão com base nos resumos resultou em um total de 14 estudos que foram considerados adequados para uma leitura completa e mais detalhada.

Após a leitura completa dos 14 estudos selecionados, todos eles foram considerados relevantes e incluídos na revisão. Portanto, a revisão final foi realizada com base em um conjunto de 14 estudos originais que atenderam aos critérios de seleção estabelecidos.

Resultados

O quadro 1 apresenta os estudos selecionados, segundo autores, título, objetivo e principais resultados e conclusões.

Quadro 1 – Estudos selecionados e suas especificações

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·					
Autores	Título	Objetivo	Principais resultados e conclusões dos artigos analisados		
Clay; Rogus, 2021.	Impacto do emprego, trabalho essencial e fatores de risco no acesso a alimentos durante a pandemia de covid-19 no estado de Nova York.	Examinar os impactos diretos e indiretos de covid- 19 no acesso a alimentos entre pessoas de baixa renda e negros, indígenas e negros no estado de Nova York.	 Os entrevistados hispânicos, aqueles com provável Transtorno Depressivo Maior e trabalhadores essenciais eram mais propensos a experimentar pior acesso a alimentos durante a covid-19. Políticas e serviços aprimorados para lidar com os impactos em populações vulneráveis podem reduzir o risco de problemas de acesso a alimentos neste momento. 		
Curi-Quinto et al., 2021.	Papel do apoio financeiro do governo e características de vulnerabilidade associadas à insegurança alimentar durante a pandemia de covid-19 entre jovens peruanos.	Entender as características de vulnerabilidade desses domicílios entre a população jovem peruana, incluindo o papel da resposta do governo por meio de transferência de renda emergencial.	 Durante o período em estudo (março a dezembro de 2020), 24% dos participantes experimentaram insegurança alimentar. As famílias no tercil de renda superior eram 49% menos propensas a experimentar insegurança alimentar. Famílias maiores (> 5 membros) e aquelas com aumento das despesas domésticas e diminuição da renda devido a covid-19 eram mais propensas a sofrer insegurança alimentar (em 35%, 39% e 42%, respectivamente). 		
Dzimbiri <i>et al.,</i> 2022.	Implicações percebidas das medidas políticas da covid- 19 na insegurança alimentar entre residentes urbanos em Blantyre Malawi.	Explorar as implicações das medidas políticas da covid-19 na insegurança alimentar em áreas de baixa renda de Blantyre, no Malawi.	 As medidas de bloqueio do covid-19 prejudicaram a capacidade dos participantes de manter os meios de subsistência. Essas medidas aumentaram a vulnerabilidade dos moradores à insegurança alimentar, forçando-os a enfrentar graves desafios para o acesso à alimentação adequada para sustentar suas famílias, como resultado da baixa renda, perda de emprego e interrupção dos negócios. 		

Giacoman; Herrera; Arancibia, 2021.	Insegurança alimentar domiciliar antes e durante a pandemia de covid-19 no Chile.	Comparar a insegurança alimentar (IA) no Chile antes e durante a pandemia de covid-19 de acordo com diferentes tipos de domicílios e indicadores de vulnerabilidade.	 Os níveis de insegurança alimentar aumentaram significativamente (P < 0,001) entre 2017 (30%) e 2020 (49%). Houve aumento da IA em todos os domicílios, mas especialmente naqueles com pessoas economicamente dependentes (ou seja, crianças, adolescentes e idosos). Os indicadores de vulnerabilidade domiciliar mostraram uma relação estatisticamente significativa com a IA tanto antes quanto durante a pandemia.
Karim; Tasnim, 2022.	Impacto do bloqueio devido ao covid-19 na nutrição e segurança alimentar das famílias de baixa renda selecionadas em Bangladesh.	Explorar o impacto do bloqueio pandêmico da covid-19 na segurança alimentar das famílias e no estado nutricional das crianças e identificar os fatores de risco associados a ele.	 93,2% dos domicílios apresentavam insegurança alimentar, sendo 32,3% com insegurança alimentar leve, 18,6% com insegurança alimentar moderada e 42,3% com insegurança alimentar grave. As variáveis significativamente associadas à insegurança alimentar moderada a grave foram baixa renda familiar antes da covid-19, maior redução da renda familiar, ocupação materna como dona de casa, perdas de emprego e famílias numerosas.
Kent <i>et al.,</i> 2020.	Prevalência e preditores sociodemográficos de Insegurança Alimentar na Austrália durante a Pandemia de covid-19.	Descrever a prevalência e as associações sociodemográficas da insegurança alimentar na Tasmânia, Austrália, durante a pandemia de covid-19.	 A prevalência de insegurança alimentar foi de 26%. As chances ajustadas de insegurança alimentar foram maiores entre os entrevistados com deficiência, da zona rural e que moram com dependentes. Idade avançada, educação universitária e renda acima de US\$80.000/ano eram protetores contra a insegurança alimentar.
Dickerson <i>et</i> al., 2020.	Experiências de confinamento durante a pandemia de covid-19: resultados descritivos de uma pesquisa de famílias no estudo Born in Bradford.	Descreve as experiências de famílias que vivem na cidade multiétnica e carente de Bradford, Inglaterra.	 Muitas famílias viviam em moradias de má qualidade (28%), superlotadas (19%). A insegurança alimentar (20%), emprego (37%) e habitação (10%) eram comuns, principalmente entre os que estavam de licença, trabalhadores por conta própria sem trabalho ou desempregados. Depressão e ansiedade clinicamente importantes foram relatadas por (19%) e (16%) mães. Famílias de minorias étnicas e financeiramente inseguras tiveram uma experiência pior durante o bloqueio em todos os domínios, com exceção da saúde mental, que parecia pior em mães britânicas brancas.
Mata; Neves; Medeiros, 2022.	A fome e seus fatores associados na Amazônia Ocidental Brasileira: um estudo de base populacional	Investigar a prevalência de insegurança alimentar e seus fatores associados em lares com crianças menores de 05 anos em área urbana de um município da Amazônia Ocidental Brasileira.	 Foi encontrada uma prevalência de 76,5% de insegurança alimentar entre as famílias do estudo; 42,9% apresentavam insegurança alimentar moderada e grave. A IA moderada e grave foi associada à baixa renda familiar, participação em programas governamentais de transferência de renda e chefes de família com menos de sete anos de escolaridade.
Pakravan- Charvadeh et al., 2021.	Determinantes da vulnerabilidade das famílias à insegurança alimentar durante o bloqueio do covid-19 em	Identificar e hierarquizar os diferentes aspectos da vulnerabilidade dos domicílios à insegurança alimentar.	60% do total da amostra enfrentava insegurança alimentar, em níveis marginal, moderado e grave.

	um período de médio prazo no Irã.		Os aspectos econômicos, psicológicos e humanos da vulnerabilidade tiveram o maior efeito na insegurança alimentar durante o bloqueio inicial do covid-19.
Santana <i>et al.,</i> 2021.	Sofrimento psicológico, baixa renda e vulnerabilidade socioeconômica na pandemia de covid-19.	Avaliar o nível de sofrimento psíquico de adultos moradores de duas favelas urbanas localizadas na cidade de São Paulo, Brasil.	 Dos 495 chefes de família, 85% apresentavam indicação de sofrimento psíquico e a incidência de domicílios em situação moderada ou a insegurança alimentar grave foi de 40%. Os entrevistados que experimentaram insegurança alimentar moderada ou grave 2.701, tiveram maior risco de sofrimento psicológico.
Sharma <i>et al.,</i> 2020.	Usando uma metodologia de avaliação rápida para identificar e atender às necessidades imediatas entre famílias de baixa renda com crianças durante o covid-19.	Demonstrar a metodologia utilizada para identificar aqueles com maiores necessidades sociais durante esse período ("alto risco") e descrever a resposta do Brighter Bites a essas famílias de "alto risco".	 Um total de 1.048 famílias completaram a pesquisa de resposta rápida covid-19, das quais 71 famílias foram triadas e classificadas como "alto risco" (6,8% dos entrevistados). Durante esse período, 100% dos participantes de "alto risco" relataram insegurança alimentar, 85% estavam preocupados com sua estabilidade financeira, 82% preocupados com a disponibilidade de alimentos e 65% preocupados com a acessibilidade dos alimentos.
Shepherd, 2022.	Insegurança alimentar, sintomas depressivos e a importância dos papéis familiares de gênero durante a pandemia de covid-19 na África do Sul.	Examinar a relação entre a insegurança alimentar doméstica e os sintomas depressivos de adultos.	 Impacto significativo da insegurança alimentar sobre os sintomas depressivos de adultos. Diferenças de gênero na associação da segurança alimentar com sintomas depressivos entre pais que coabitam após a inclusão de efeitos individuais forneceram suporte para uma resposta de papel de gênero.
Singh <i>et al.,</i> 2021.	Insegurança alimentar durante a pandemia de covid-19: uma preocupação genuína para pessoas de comunidades desfavorecidas e famílias de baixa renda na Província 2 do Nepal.	Explorar a insegurança alimentar entre pessoas da comunidade desfavorecida e famílias de baixa renda durante a pandemia de covid-19 na Província-2 do Nepal.	 A maioria dos participantes do estudo expressou que famílias de baixo nível socioeconômico e comunidades desfavorecidas, como aquelas que trabalham com salários diários e que dependem de remessas, experimentaram maior insegurança alimentar durante a pandemia de covid-19. A insegurança alimentar entre famílias de baixa renda e desfavorecidas foi considerada um problema sério durante a pandemia de covid-19.
Sohel <i>et al.,</i> 2021.	Impactos da insegurança alimentar induzida pelo COVID -19 entre migrantes informais: Insight de Dhaka, Bangladesh.	Explorar e sintetizar o impacto da insegurança alimentar induzida pela covid-19 entre os migrantes informais e recomendar ações políticas para enfrentar a crise alimentar liderada pela covid-19 em Bangladesh.	 Complicações graves devido à insegurança alimentar, como consumo de menos alimentos, aumento de preços, falta de peixe ou carne, batata e vegetais. A insegurança alimentar leva à escassez crônica de alimentos dos migrantes, fome, desnutrição de mães e filhos e alimentos não saudáveis.

Fonte: os autores, 2023.

Discussão

Insegurança alimentar, Bioética e covid-19

Na perspectiva da bioética, a insegurança alimentar pode ser vista como uma questão ética preocupante, envolvendo princípios de justiça e dignidade. Acesso inadequado à alimentação é uma violação direta desse princípio de dignidade. A nutrição adequada é fundamental para o funcionamento saudável do corpo humano e para o desenvolvimento cognitivo, emocional e físico. A falta de acesso a alimentos suficientes e nutritivos pode levar a uma série de problemas de saúde, desde deficiências nutricionais até doenças crônicas (ORSATTO et al., 2020).

A Bioética tem, entre as suas diversas ferramentas, potencial para dialogar sobre estes problemas e avaliar medidas e ações governamentais já em evidência até o momento.

Nesse cenário a IA é uma pauta de interesse sociopolítico e urgente em países subdesenvolvidos, como o Brasil. Com a chegada inesperada da pandemia de covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, o novo coronavírus, e as inevitáveis restrições de agrupamento social como medida de impedimento de infecção, a vulnerabilidade social ganhou espaço e a fome voltou a assolar populações em risco (PAKRAVAN-CHARVADEH *et al.*, 2021).

Para compreender o conceito de vulnerabilidade e insegurança alimentar, o entendimento prévio dos termos de normalidade se faz necessário. A alimentação saudável é aquela que garante o consumo regular de alimentos saudáveis respeitando e valorizando as práticas alimentares culturais, que contenha sabor, seja diversificada, harmoniosa, possua custo acessível e seja segura para a saúde do indivíduo (PAKRAVAN-CHARVADEH *et al.*, 2021).

Já a segurança alimentar está conceituada na Lei nº 11.346 de 2006 em seu artigo 3º como: o "direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis" (BRASIL, 2006).

Estudo realizado com 392 famílias no Teerã mostrou que a ausência de organizações não governamentais poderosas foi identificada como inevitável para o aumento da vulnerabilidade das famílias no período da pandemia. A falta de educação, saneamento básico e equipe médica foram determinantes para o acometimento da insegurança alimentar nas famílias (PAKRAVAN-CHARVADEH et al., 2021).

O programa "Brighter Bites", presente em diversas cidades dos Estados Unidos, visa melhorar a saúde ao fornecer assistência alimentar a famílias de baixa renda, especialmente àquelas com crianças em idade escolar. Com o surgimento da pandemia, o programa teve que se adaptar. Dado o fechamento das escolas e a impossibilidade de abordagem convencional, o programa conduziu pesquisas telefônicas para identificar famílias em situação de alto risco de insegurança alimentar. Isso possibilitou uma abordagem direcionada para auxiliar essas famílias vulneráveis, garantindo que recebessem o apoio necessário mesmo diante das restrições causadas pela pandemia (SHARMA *et al.*, 2020).

Após identificação das famílias e crianças em vulnerabilidade, eles providenciaram material escolar, educacional, produtos frescos e alimentos perecíveis e não perecíveis para essa população, assim como educação em saúde, capacitações e apoio financeiro dependendo da demanda da família avaliada; fornecendo uma resposta rápida para as famílias desamparadas e uma segurança mais eficaz e quase imediata (SHARMA *et al.*, 2020). Assim, observam-se diversos tipos de estratégia que podem ser utilizadas para acompanhar e auxiliar aquelas famílias com maior necessidade de ajuda governamental para uma ação rápida e focada nas maiores necessidades da família no momento.

Em alguns estudos encontraram-se pessoas que não passavam por insegurança alimentar e que após pandemia passaram a ter IA leve, aqueles que já possuíam IA leve ou moderada passaram a ter IA grave. A preocupação com a falta de alimentos aumentou com: a diminuição da variedade de alimentos na mesa; não poder comer alimentos saudáveis e nutritivos; alimentação com pouca duração associada à falta de recursos para comprar mais alimentos; algumas famílias necessitaram diminuir o tamanho ou pular as refeições porque não existia dinheiro suficiente; necessitavam

pedir alimentos emprestados ou depender de ajuda de amigos (GIACOMAN; HERRERA; ARANCIBIA, 2021; DICKERSON et al., 2021; SOHEL et al., 2021; KARIM; TASNIM, 2022).

Em um estudo realizado em Blantyre, no Malawi, os trabalhadores informais (motoristas de táxi ou micro-ônibus, trabalhadores da noite, vendedores ambulantes, profissionais do sexo) relataram que não tinham medo da infecção do covid-19; entretanto, tinham receio de "passar fome", pois devido ao distanciamento social, os clientes tinham medo de sair para comprar os produtos ofertados, sendo impossível prestar serviço para prover alimentação da sua família e seu próprio sustento, uma vez que não possuíam outra renda ou apoio empresarial (DZIMBIRI et al., 2022).

Aqueles que possuíam IA tinham maior probabilidade de nutrição inadequada, problemas de saúde como anemia, baixa estatura e diarreia (CURI-QUINTO et al., 2021). Karim e Tasnim (2022) relataram que cerca de 23,4% das crianças menores de 5 anos estavam abaixo do peso, dentre esses, os mais baixos pesos estavam na faixa etária de 36 a 47 meses; assim como baixa estatura e atraso de crescimento, com maiores chances de nanismo. Dentre os fatores de risco para isso estavam: ocupação materna, escolaridade materna, idade materna, ocupação do chefe da família, idade da criança, pontuação de consumo de alimentos e pontuação da estratégia de enfrentamento.

Na região do Amazonas, no Brasil, as crianças com menos de cinco anos foram as mais afetadas pela escassez de alimentos durante a pandemia. Uma elevada taxa de insegurança alimentar, atingindo 36,7%, foi registrada, sendo a renda abaixo de R\$954,00 um fator de risco significativamente associado a essa situação. Outros fatores de risco incluíram a participação em programas governamentais de transferência de renda e o nível de escolaridade do chefe da família. Esse contexto contribuiu para o aumento da desnutrição, do trabalho infantil, da remuneração inadequada, da evasão escolar e da persistência da pobreza extrema nessas comunidades (MATA; NEVES; MEDEIROS, 2022).

Alia-se a essa situação a baixa oferta de água tratada nas regiões norte e nordeste, ocasionando má higiene e aumento da mortalidade infantil. Demonstrando uma desigualdade social, dentro do próprio país, assim como comparado aos outros países (MATA; NEVES; MEDEIROS, 2022).

Estudo realizado em município do sudeste brasileiro com agentes comunitários de saúde mostrou que algumas famílias para driblar a fome recorriam aos açougues à procura daquele resto de carne que ficava presa aos ossos no momento do abate. Com essas sobras era feito o "cozidão", que servia de sustância ocupando, dessa forma, o lugar da carne. Assim, resistiam à fome, mas não ficavam livres da má nutrição (SEULLNER; COSTA; PERINI, 2022). Esta última caracterizada como "fome invisível", associada à carência de vitaminas e minerais que pode se fazer presente em um indivíduo de peso e estatura dentro dos parâmetros adequados.

A fome é algo complexo, muito mais do que um problema de saúde pública, é um problema de ordem multifatorial e precisa ser abordada de forma a minimizar todos os impactos negativos que tal situação provoca, desde impactos físicos, psicológicos e emocionais.

Dado o impacto global da pandemia, torna-se evidente a importância da participação popular em nível local na busca pelos direitos básicos garantidos pela constituição brasileira. A conscientização e o alerta da população para essa situação de insegurança alimentar favorece a melhoria na reformulação das políticas públicas que levem em consideração todas as camadas da população, especialmente os mais vulneráveis.

O impacto da Insegurança Financeira na Insegurança Alimentar

Durante a pandemia de covid-19 a ausência de segurança financeira para manter as condições básicas de subsistência forçou parte da população brasileira em situação de vulnerabilidade a ir em busca de trabalho. Dessa forma, manter-se em isolamento deixou de ser uma opção e se tornou um dilema (ARRAIS *et al.*, 2020).

Nesse quesito, o isolamento social foi realizado com mais facilidade pelas classes média e alta que possuíam maiores condições de se recolherem, comprarem seus produtos e trabalharem de modo remoto. Já para a população de baixa renda, o isolamento significou privação e violência, acabando por não se manter devido às condições de moradia e econômicas dessa população vulnerável (FLAUZINA; PIRES, 2020).

A insegurança financeira (IF) está associada à insegurança alimentar, laboral e habitacional, enquanto a segurança financeira protege contra a insegurança alimentar, laboral e habitacional.

Em um estudo realizado na cidade multiétnica e carente de Bradford, Inglaterra, em que 2.144 famílias participaram, observou-se que as famílias que possuíam insegurança financeira eram mais propensas a relatar que estavam piores do que antes da pandemia, porém aqueles que viviam sem insegurança financeira relataram estar em melhor situação durante a pandemia. O bloqueio fez com que aumentasse o desemprego e a maioria dos trabalhadores que continuaram trabalhando eram brancos britânicos (DICKERSON *et al.*, 2021).

O principal medo das famílias durante a pandemia era perder sua casa (despejo/reintegração de posse) e a segurança do emprego do principal membro da família assalariado. A pobreza instalada nas comunidades facilitou a recorrência de IA por terem uma maior insegurança financeira (famílias que viviam em habitações de má qualidade, superlotadas, úmidas/mofos, problemas de pragas, com necessidade de reparos, com duas ou mais pessoas por quarto) (DICKERSON et al., 2021).

Entretanto, em residências de famílias com maior segurança alimentar houve um aumento nos gastos domésticos e diminuição da renda durante o covid-19, isso proporcionou que elas tivessem maior probabilidade de ter insuficiência financeira (CURI-QUINTO et al., 2021).

Estudo realizado em Bradford com famílias que residiam na cidade multiétnica e carente apontou que 32% da população dizia estar vivendo apenas para sobreviver ou estavam achando difícil ou muito difícil gerenciar a parte financeira por falta de capital, e 33% dos entrevistados estavam em pior situação durante o bloqueio em comparação com três meses anteriores ao início da pandemia (DICKERSON *et al.*, 2021).

Em alguns locais a maioria dos trabalhadores dependia do trabalho e recebia por hora trabalhada, quando não havia repasse desse dinheiro ficavam desamparados. Isso se tornou ainda mais grave em casos de imigrantes que não possuíam apoio familiar, de colegas e pouco armazenamento de comida em casa, o que aumentou a insegurança alimentar e a vulnerabilidade, aumentando taxas de desnutrição nesse público. Ainda interferia no dinheiro que enviavam para a família ou os obrigavam a retornarem para seus locais de origem, mesmo que lá não houvesse empregos para eles, influenciando na insegurança financeira dessa população (SINGH *et al.*, 2021).

Alguns grupos de trabalhadores foram mais prejudicados que outros, por exemplo, os professores principalmente das escolas particulares, que pararam de receber os salários, já que não haviam estudantes para dar as aulas, pois as escolas estavam fechadas; dessa forma, ficaram sem renda e optavam por comer menos do que o habitual ou pular uma refeição, além de preparar apenas metade do tamanho normal das refeições consumidas, pois tinham medo de que além da redução do dinheiro no momento, a pandemia tivesse uma duração maior e não houvesse dinheiro suficiente para comprar os alimentos para as refeições no futuro (DZIMBIRI *et al.*, 2022).

O impacto da insegurança financeira foi maior em homens que: possuíam sintomas depressivos; eram pais; possuíam a casa coabitada; eram chefes de família e passavam por IA (SHEPHERD, 2022). As famílias com baixa renda tiveram menor capacidade de captar situações econômicas inesperadas, na qual a renda já era restrita antes da pandemia (CURI-QUINTO et al., 2021).

O apoio financeiro/subsídio do governo reduziu a IA em 14% dos domicílios australianos, assim como aqueles que recebiam algum incentivo ou pagamentos mais altos das empresas. No entanto, a percepção e a existência do possível risco de insegurança alimentar eram explícitos até mesmo em trabalhadores com alta renda, o que demonstrou que mesmo famílias com estabilidade financeira que não foram tão afetados pela pandemia também se preocuparam e tiveram medo de passar por IA e IF (KENT et al, 2020).

A IA tem se mantido no mundo há muito tempo, entretanto, após a pandemia de covid-19, veio aumentando em todos os países, tornando-se um grande problema público. As populações mais afetadas foram aquelas em que a pandemia teve impactos no trabalho (desemprego), resultados de saúde ruins (morbidade por doenças preexistentes ou próprio covid-19) e famílias com impactos na saúde mental que tiveram menor acesso aos alimentos (Transtorno de Ansiedade Generalizada e Transtorno Depressivo Maior) (GIACOMAN; HERRERA; ARANCIBIA, 2021).

Durante a pandemia os homens eram mais propensos a apresentar transtornos psiquiátricos quando estavam passando por insegurança alimentar, isso pode ser explicado por que eles geralmente eram os mais afetados em relação ao emprego, assim como eram os mais expostos à infecção por covid-19 (CURI-QUINTO et al., 2021).

Pesquisa realizada em Nova lorque mostrou que as pessoas no geral começaram a apresentar transtorno depressivo associado à falta de alimentos, com impacto no emprego e na saúde da população durante a pandemia, principalmente em comunidades mais pobres, com condições crônicas de saúde, e em populações negras (CLAY; ROGUS, 2021). Já Santana *et al.*, (2021) apontam que as mulheres eram mais propensas a apresentarem ansiedade e depressão, associada à baixa renda, desemprego e IA.

Condutas governamentais que pioraram o processo de aquisição de alimento e o poder de compra foram: fechamento temporário das empresas, isolamento social, distanciamento, toque de recolher, em que as lojas estavam abertas somente em horário reduzido, e eram fechadas quando as pessoas estavam disponíveis para comprar alimentos; assim os trabalhadores não conseguiam renda suficiente para despesas alimentares (DZIMBIRI *et al.*, 2022).

Em comparação com os anos 2017, em 2020 houve um aumento de IA, que foi de aproximadamente 20%, exceto nos domicílios unipessoais, que aumentaram cerca de 10%, onde os menos afetados foram os idosos, e os mais afetados as famílias com pessoas menores de 18 anos tanto antes como durante a pandemia. Outros trabalhos apresentaram que, durante a pandemia de covid-19, 61% das famílias apresentaram alguma insegurança alimentar (GIACOMAN; HERRERA; ARANCIBIA, 2021; PAKRAVAN-CHARVADEH et al., 2021).

A Organização das Nações Unidas, ao promulgar a *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos* (DUBDH) no ano de 2005, deu evidência aos problemas mundiais, como exclusão social, pobreza, falta de acesso à alimentação adequada, entre outros (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2005). A reflexão bioética e os princípios contidos na DUBDH podem proporcionar elementos necessários para aperfeiçoar e concretizar o direito à alimentação adequada (CARVALHO; SHIMIZU; GARRAFA, 2019).

No livro Geografia da Fome, o médico Josué de Castro afirma que a má alimentação é originária da injustiça na distribuição de renda entre a população brasileira (CASTRO, 1948). No Brasil é notória a relação entre iniquidades sociais, nutrição e saúde. Pobreza e fome são fatos relacionados, porém diferentes, perante os quais medidas eficazes e que incidam sobre ambos podem gerar resultados (CARVALHO; SHIMIZU; GARRAFA, 2019).

Rosaneli et al., (2015), afirmam que o Brasil, apesar de ser um grande produtor mundial de alimentos, até hoje não conseguiu estabelecer uma política pública que permita atender plenamente a este direito. Os autores ao analisarem os dados que dimensionam a falta de acesso à alimentação no Brasil notaram a injustiça na distribuição dos alimentos, o que infringe a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Schramm e Kottow estabelecem a Bioética da Proteção (BP) estabelecendo o compromisso político e social, propõem a incorporação da proteção de indivíduos e populações vulneráveis como uma responsabilidade social, na qual deve se basear o Estado para assumir suas obrigações para com a população (SCHRAMM; KOTTOW, 2001).

É fato que a má distribuição de renda gera desigualdade, pobreza e contribui de forma significativa para a insegurança alimentar, até a sua forma mais grave, a fome. O Estado e a sociedade se tornam responsáveis em mudar essa triste realidade de injustiça social, buscando estabelecer a igualdade social, por meio da equidade social.

Considerações finais

A vulnerabilidade social associada à insegurança alimentar e a insegurança financeira, no período da pandemia, contribuíram para o aumento da fome, diminuição do acesso ao ensino, à cultura e aos próprios valores e normas sociais. A situação financeira é uma das vertentes que mais interfere na segurança alimentar; e isso fez com que a pandemia fosse determinante para alterar o poder de compra da população.

As comunidades mais afetadas pela insegurança alimentar foram aquelas com baixa renda prévia, população negra; famílias que eram chefiadas por mulheres e que já apresentavam condições precárias de vida antes do início da

O olhar bioético no contexto da insegurança alimentar

pandemia. Os subgrupos mais afetados com IA foram aqueles em que a escolaridade da mãe era baixa e eram produtores rurais, aqueles com família numerosa e baixo índice de renda familiar anterior à pandemia.

As políticas e intervenções públicas são cruciais para redução do impacto da pandemia de covid-19 na insegurança alimentar. A partir de tais políticas e participação da sociedade é possível a articulação de estratégias e elaboração de critérios apropriados para conectar famílias a um conjunto mais amplo de medidas de proteção social.

Referências

ARRAIS, T. A. et al. Celeiros da pobreza urbana: suplementação de renda e isolamento social em ambientes metropolitanos nos tempos pandêmicos. *Vigilância Sanitária em Debate*, v. 8, n. 3, p. 11-25, 2020.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006; 18 set.

CARVALHO, L. R. T.; SHIMIZU, H. E.; GARRAFA, V. Geografia e geopolítica da fome: bioética na obra de Josué de Castro. *Revista Bioética*, v. 27, n. 1, p. 143–52, jan. 2019.

CASTRO, J. Geografia da fome. 2ª ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro; 1948.

CLAY, L. A.; ROGUS, S. Impact of Employment, Essential Work, and Risk Factors on Food Access during the covid-19 Pandemic in New York State. *Int J Environ Res Public Health*, v. 18, n. 4, 1451, feb. 2021.

CURI-QUINTO, K. et al. Role of Government Financial Support and Vulnerability Characteristics Associated with Food Insecurity during the covid-19 Pandemic among Young Peruvians. *Nutrients*, v. 13, n. 10, 3546, oct. 2021.

DICKERSON, J. et al. Experiences of lockdown during the Covid-19 pandemic: descriptive findings from a survey of families in the Born in Bradford study. *Wellcome Open Research*, v. 5, 2021.

DZIMBIRI, M. N. et al. Perceived implications of covid-19 policy measures on food insecurity among urban residents in Blantyre Malawi. *BMC Public Health*, v. 22, n. 1, 522, mar. 2022.

FLAUZINA, A.; PIRES, T. Políticas da morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 2, n. 10, p. 74-92, 2020.

GIACOMAN, C.; HERRERA, M. S.; ARANCIBIA, P. A. Household food insecurity before and during the covid-19 pandemic in Chile. *Public Health*, v. 198, p. 332-9, sep 2021.

KARIM, K. M. R.; TASNIM, T. Impact of lockdown due to covid-19 on nutrition and food security of the selected low-income households in Bangladesh. *Heliyon*, v. 8, n. 5, e09368, may 2022.

KENT, K. et al. Prevalence and Socio-Demographic Predictors of Food Insecurity in Australia during the covid-19 Pandemic. *Nutrients*, v. 12, n. 9, 2682, sep 2020.

MATA, M. M.; NEVES, J. A.; MEDEIROS, M. A. T. Hunger and its associated factors in the western Brazilian Amazon: a population-based study. *J Health Popul Nutr*, v. 41, n. 1, 36, aug. 2022.

O olhar bioético no contexto da insegurança alimentar

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm.*, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-64, Out-Dez 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. Fome cresce no mundo e atinge 9,8% da população global. 2022. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2022/07/1794722 Acesso em: 27 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Declaração universal sobre bioética e direitos humanos [Internet]. Paris: Unesco; 2005 [acesso 21 jul 2023]. Disponível: https://bit.ly/1TRJFa9

ORSATTO, G. C. S. et al. Insegurança alimentar entre beneficiários de um programa de transferência de renda brasileiro: uma análise na perspectiva da bioética. *Revista Iberoamericana de Bioética*, v. 14, p. 01–13, 2020.

PAKRAVAN-CHARVADEH, M. R. et al. Determinants of household vulnerability to food insecurity during covid-19 lockdown in a mid-term period in Iran. *Public Health Nutr.*, v. 24, n. 7, p. 1619-28, may. 2021.

ROSANELI, C. F. et al. A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. Revista Bioética, v. 23, n. 1, p. 89–97, jan. 2015.

SANTANA, C. L. A. Psychological distress, low-income, and socio-economic vulnerability in the covid-19 pandemic. *Public Health*, v. 199, p. 42-45, 2021.

SCHRAMM, F. R.; KOTTOW, M. Principios bioéticos en salud pública: limitaciones y propuestas. *Cad. Saúde Pública*, v. 17, n. 4, p. 949-56, 2001.

SEULLNER, L. B. M.; COSTA, M. C.; PERINI, C. C. A multidimensionalidade da insegurança alimentar sob a ótica de agentes comunitários de saúde. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 12, e325111234588, 2022.

SHARMA, S. V. et al. Using a rapid assessment methodology to identify and address immediate needs among low-income households with children during covid-19. *PLoS One*, v. 15, n. 10, oct. 2020.

SHEPHERD, D. L. Food insecurity, depressive symptoms, and the salience of gendered family roles during the covid-19 pandemic in South Africa. *Soc. Sci. Med.*, v. 301, n. 114830, may 2022.

SILVA-NETO, L. G. R. et al. Avaliação da insegurança alimentar no contexto da covid-19: associação com o auxílio emergencial e recebimento de doação de alimentos na população em vulnerabilidade social de uma capital do Nordeste do Brasil. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v. 28, n. 03, mar. 2023.

SINGH, D. R. et al. Food insecurity during covid-19 pandemic: A genuine concern for people from disadvantaged community and low-income families in Province 2 of Nepal. *PLoS One*, v. 16, n. 7, jul. 2021.

SOHEL, M. S. et al. Impacts of covid-19 induced food insecurity among informal migrants: Insight from Dhaka, Bangladesh. *J Public Aff*, e2770, oct. 2021.

RECEBIDO: 30/04/2023 APROVADO: 27/08/2023 RECEIVED: 04/30/2023 APPROVED: 27/08/2023